

14 / 1994

Índice

PORTUGAL E A PARTILHA DO MUNDO

7 Editorial

Estudos

- 11 Paulo Drumond Braga e Isabel Mendes Drumond Braga
As duas mortes de D. Manuel: o rei e o homem
- 23 Ulrich Fleischmann, Mathias Rohrig Assunção e Zinka Ziebell-Wendt
Os Tupinambá. Realidade e ficção nos relatos quinhentistas
- 42 Jill Dias
Mudanças nos padrões de poder no «hinterland» de Luanda.
O impacto da colonização sobre os Mbundu (c. 1845-1920)

Em debate: Abolicionismo

- 95 João Pedro Marques
Uma revisão crítica das teorias sobre a abolição do tráfico
de escravos portugueses
- 119 Valentim Alexandre
Projecto colonial e abolicionismo

Biblioteca

- 129 Rita Costa Gomes
Cerimónias da realeza nos fins da Idade Média. A propósito
de um livro recente

Estado da questão: Historiografia

- 139 José Miguel Sardica
Do relativismo ao cientismo, uma superação das vanguardas historiográficas?
- 151 Jean-Frédéric Schaub
A história política dos *Annales E.S.C.* Mutações e reformulações
- 179 Pedro Cardim
A análise cultural no campo historiográfico
- 201 Manuel Baiôa
A ditadura militar na historiografia recente

Biblioteca

- 221 Maria Idalina Portugal
Provas académicas de 1992-93

Leituras

- 233 Recensões de José das Candeias Sales, Pedro Cardim,
Luís Nuno Rodrigues e António Manuel Hespanha
- 245 Maria de Fátima Nunes
In Memoriam J. S. Silva Dias

AS DUAS MORTES DE D. MANUEL: O REI E O HOMEM

Paulo Drumond Braga
Investigador. Antigo bolsheiro do INIC

Isabel M. R. Mendes Drumond Braga
Mestre-assistente da Faculdade de Letras de Lisboa

D. Manuel I, rei de Portugal, faleceu em Lisboa, no Paço da Ribeira, em 13 de Dezembro de 1521. Tinha 52 anos¹. Adoecera no dia 4², de uma febre que Damião de Góis concretiza como «specia de modorra, doença de que naquelle tempo em Lisboa morria muita gente»³. Frei Luís de Sousa é mais preciso: «febre ardente, com inclinação a sono. Era doença que andava na cidade; parava em modorra; matava a muitos»⁴. António Carneiro acrescenta que tal moléstia lhe provocou surdez, e só ouvia quando lhe falavam alto⁵.

Um relato certamente coevo do passamento do monarca é muito explícito em relação ao que se passou: sangrado no dia 6, tosquiado três dias depois, piorou consideravelmente na noite de 11, «e a quinta feira [dia 12] tiveramno de todo amortalhado ate ao meio dia e do meio dia pera vante». À noite veio a si, comendo e bebendo «huu pucaro dagoa», e falando por espaço de hora e meia com a Rainha D. Leonor, a sua terceira esposa. Na tarde do dia em que viria a falecer recebeu a visita do duque de Bragança, «e elRei ainda o conheceo e lhe falou, e como veyo a noite começou o peito a levantar, e começa a entrar no artiguo da morte»⁶. Pereceu entre as 22 e as 23 horas desse dia de Santa Luzia, 13 de Dezembro, sexta-feira⁷.

Esboçar um estudo histórico-mental foi a nossa intenção com este artigo. Havendo já um apreciável número de trabalhos na historiografia portuguesa sobre a morte, mormente no que se refere à Idade Média⁸, e tendo já o problema da morte régia despertado a atenção de vários estudiosos⁹, pareceu não ser ousada a ideia de caracterizar sob o ponto de vista apontado o passamento de D. Manuel. Tanto mais que alguns trabalhos por nós já realizados na área da história das mentalidades (inclusivamente no particular da doença e da morte dos monarcas)¹⁰ nos deram ânimo para lançar mãos à tarefa.

1. Vejamos em primeiro lugar qual a reacção pessoal de D. Manuel à aproximação da sua morte. Para garantir a sua salvação¹¹, o Rei, no dia 8 de Dezembro, confessou-se¹² e comungou. No dia em que morreu foi ungido («que ele mesmo pedio ha unçam, e foilhe perguntado antes disto que era ho que sentia, respondeo que sentia muita paixam e muito trabalho e pouco descanso»)¹³, exortado a recordar a paixão de Cristo e pediu que orassem por ele¹⁴. Como resume Frei Luís de Sousa, «armou-se para ela [a morte] como bom e muito católico cristão com todos os sacramentos da Santa Igreja»¹⁵.

D. Manuel mandou chamar os filhos, o príncipe D. João e os infantes D. Luís e D. Fernando, que se achavam em Almeirim e Salvaterra, os quais, em sobressalto, regressaram apressadamente a Lisboa. O futuro D. João III instalou-se permanentemente junto ao pai moribundo, a quem não deixou de confortar, prognosticando-lhe vida e saúde¹⁶.

Atacado pelos «verdadeiros sinaes da morte» revelou «tanto esforço», «& tão perfeita maneira que em alta, & clara voz, dizia hos versos dos Psalmos, de que sabia muitos de cor»¹⁷. Osório acrescenta: «Purificou sua alma com os santos sacramentos, ouviu com ânimo pacato a nova da sua irrefragável morte: de maneira que acompanhava os sacerdotes que lhe assistiam e que, com salmos e orações, intercediam a Deus por sua salvação eterna; e muitos ramos daquelas rezas repetia de memória»¹⁸.

Ouçã-se ainda Gil Vicente: «O bom Rei em seu acordo / deste mundo se partia: / sua morte conhecendo, / com muita sabedoria, / por palavras piedosas / os Sacramentos pedia; / falando sempre com todos, / deu sua alma a quem devia»¹⁹.

A morte de D. Manuel parece, pois, enquadrar-se no esquema da boa morte concebido nos finais da Idade Média: morte não repentina, em público e com copiosa assistência²⁰.

D. Manuel fizera testamento em 7 de Abril de 1517²¹. Como era comum na época, fê-lo muito antes de se sentir atacado pelos sinais da doença. De facto, cumpria não parecer intestado²². Declarava o monarca querer fazer-se sepultar no mosteiro dos Jerónimos (Santa Maria de Belém), que ele mandara erguer²³, «deentro na capella mor diante do altar moor abaixo dos degraaos e que se me nam faça outra sepultura senam huua campãa chãa de maneira que se posa amdar por cima dela»²⁴. Indício de simplicidade, que transparece, uma vez mais, quando se escreve «mamdo que se nam faça esa neem saymento com cyrymonia nem chamamento do reyno senam como ha quallquer outra pesoa se digam as misas e saymentos que se fizerem».

No caso de não poder ser imediatamente sepultado nos Jerónimos, pedia D. Manuel que, aquando da trasladação definitiva, fosse esta feita

«secretamente e seem cyrimonia», apenas na presença dos frades e de quem levasse a ossada.

Os criados e vassalos não deveriam trazer burel, e aos que por ele quisessem tomar luto, pedia-se que o não fizessem por mais de seis meses²⁵.

No testamento está presente, como não podia deixar de ser, a preocupação pela salvação da alma. Manda celebrar 5000 missas por sua alma, 3000 em dia de finados, 1000 em Nossa Senhora da Encarnação e 1000 nos Anjos, «com comemoração espical de Sam Miguel». Tudo deveria ser dito em mosteiros observantes, ou seja, franciscanos²⁶.

As missas haviam ganho muita importância na estratégia da salvação da alma durante o século XV. Mostra que se tomara consciência da própria morte, da individualidade, e de que a salvação dependia do número de missas²⁷. Hermenegildo Fernandes nota que D. Manuel ordenou que se rezasse um grande número delas (5000, contra 3000 no caso de D. João II e 1000 no de Afonso V), «apesar da modéstia que pretende impor à cerimónia fúnebre»²⁸. É também possível a ligação do aparecimento do Purgatório à acumulação de missas²⁹.

D. Manuel manda ainda remir 70 cativos e casar outro tanto número de órfãs, dando-se 12 000 reais a cada uma para seu casamento³⁰. No século XV há uma redefinição das dádivas: são sobretudo pobres envergonhados, cativos e órfãos o objectivo da atenção dos poderosos³¹.

Ainda dentro daquilo a que se pode chamar a estratégia da salvação da alma, o *Venturoso* pede que em seu lugar um romeiro vá a Jerusalém, passando por Roma, onde o Papa lhe deveria dar a absolvição plenária³². Como se sabe, era grande a importância que o homem medieval e quinhentista dava às peregrinações, sobretudo a santuários consagrados, como Jerusalém, Roma, Compostela e Guadalupe³³. Aliás, o próprio D. Manuel visitara pessoalmente estes dois últimos, o galego como romeiro³⁴ e o estremenho quando, em 1498, foi jurado herdeiro das Coroas de Castela e Aragão³⁵.

Ordena ainda o monarca que paguem todas as suas dívidas com urgência e brevidade, «asy do moveeel que se achar como dos dinheiros que das reemdas do reyno se possam tirar»³⁶. Igualmente em relação às dívidas às igrejas e a órfãos, que remontavam a Afonso V, e às suas campanhas em Castela, e às «dyvidas da Imdia»³⁷, mostra o *Venturoso* preocupação na solvência.

Esta preocupação foi já salientada por Hermenegildo Fernandes, ao notar que no século XV o rei assume as dívidas como «públicas» e não como particulares, constituindo-se as mesmas como verdadeiro «pecado original» da natureza do poder administrativo³⁸. Refira-se ainda que D. Manuel manda pagar os casamentos devidos aos criados³⁹.

Sendo o testamento instrumento de estratégia política *strictu sensu*, D. Manuel mostra preocupação em que se acabem as *Ordenações* e a reforma dos forais⁴⁰. O testamento funciona como ordenação, sendo o poder do rei exercido do Além, apesar e através da Morte⁴¹.

2. Morto o rei, deu-se início às cerimónias fúnebres. O seu vedor da fazenda, D. Pedro de Castro, ordenou que o levassem ao mosteiro dos Jerónimos, «que foi duas horas antemanhã». Por estar ainda incompleta a igreja, depositaram o corpo na «egreja velha, em hua sepultura rasa, pollo elle assi mandar»⁴². António Carneiro refere que tudo se fez «sem cerimonia nem pompa»⁴³.

A mesma fonte nos relata como se processou o enterramento: «E aquella mesma noite foi levado ao dito mosteiro, e foi seu corpo acompanhado do Duque de Bragança e Mestre de Santiago e Marquês de Torres Novas e Marquês de Vila Real, Condes e Senhores e muitos fidalgos e gente honrada, e com muitas tochas que levaram os clérigos e leigos, todos a cavalo, e ia o corpo em uma azêmola, em uma tumba, coberto com um pano preto de veludo com uma cruz de damasco branco, e, à entrada das casas, desceram a tumba da azêmola, logo à entrada das casas, se deceu o Duque, Mestre e Marqueses, e levaram a azêmola pelo cabresto até o decerem dela»⁴⁴.

E Gil Vicente acrescenta: «Seiscentas tochas acesas, / escuras a quem as via; / triste pranto até Belém / nem passo não se esquecia»⁴⁵. Seria D. Manuel posteriormente trasladado para a igreja nova por ordem de D. João III⁴⁶.

Morto D. Manuel, realizaram-se as tradicionais cerimónias da quebra dos escudos. Segundo Frei Luís de Sousa, «tal é o último officio, com que a república secular serve e honra neste Reino a memória dos Reis defundos»⁴⁷, e, no dizer de Francisco de Andrade, «este costume antigo de se quebrarem escudos, e se arrastar bandeira na morte do Rey com pranto geral de todo o pouo, dizem alguns, que he significação de ser fallecido aquelle Rey e senhor, que era defenção do seu reyno, e que leuantaua as bandeiras contra os inimigos delle»⁴⁸.

Em Lisboa, foi a 17 desse mês que a vereação camarária levou a cabo tal preceito, tendo ficado para a posteridade relatos completos da cerimónia⁴⁹. Fora de Lisboa realizaram-se idênticas cerimónias, bem como saimentos, ou seja, réplicas do enterro. Há notícias por exemplo para o caso de Goa⁵⁰.

Em relação a outras manifestações de pranto, Damião de Góis refere que muitos populares, eclesiásticos e nobres acompanharam o préstito fúnebre, «com muitas lagrimas, plantos, & choros que cada hum fazia pela

perda de hum tam bom Rei, & tam amigo de seus criados, & vassalos quomo ho elle sempre foi»⁵¹.

Gil Vicente remata: «Pranto fazem em Lisboa, / dia de Santa Luzia, / por el-Rei Dom Manuel, / que se finou nesse dia. / Choram Duques, Mestres, Condes, / cada um quem mais podia; / os fidalgos e donzelas / muito tristes em perfia; / os Ifantes davam gritos, / a Ifante se carpia. / O Príncipe dava suspiros, / que a alma se lhe saía; / suas lágrimas prudentes, / como a grão senhor cumpria: / de dia sempre velava, / de noite nunca dormia. / A Rainha estrangeira / já chorar o não podia»⁵².

Mais pormenorizadas são as informações sobre o que se passou na Índia. Em Goa, o governador D. Duarte de Menezes recebeu em 20 de Agosto de 1521 a notícia da morte de D. Manuel, e, após ter lido a carta, «com ambas as mãos deu com ella grande pancada no rosto, dando grandes urros de choro». Seguidamente «se deitou no chão, esbofeteando seu rosto, depenando as barbas, e deitou sobre a cabeça huma capa de hum seu criado, com que sayo e foy pera sua casa fazendo grande pranto». Todos o imitaram, e «se forão pera suas casas, pranteando polas ruas». Dias depois, quando na Sé se rezavam as vésperas, muitos prantearam novamente a morte do seu soberando, «dando com as cabeças nas paredes, esbofeteando seus rostros, depenando suas barbas, falando muytas palauras lastimosas, que cada hum dizia segundo sentia a dôr. Os gritos das molheres, e pranto do pouo, era cousa d espanto»⁵³.

Algo se sabe ainda sobre o luto que se tomou após a morte do *Venturoso*. Viu-se já que o próprio monarca, no seu testamento, proibiu os excessos nesse sentido. Garcia de Resende refere-se ao assunto: «Vimos grão planto fazer / pollos Reys, quando morrião; / burel, grande doo trazer, / cousa muy digna de ser, / pois tam grão perda perdião: / vimos burel defendido, / e vimos pouco sentido / huo Rey, que depois morreo; / porque o dó se perdeo, / foy tambem nojo perdido»⁵⁴.

Resta ainda o testemunho de Gaspar Correia sobre o que se passou na Índia. Imediatamente após ter chegado a notícia do passamento de D. Manuel, o governador ordenou que todos os habitantes da zona, cristãos, gentios e muçulmanos, homens e mulheres, Portugueses e não-Portugueses, «tomassem dó por ElRey morto, só grandes penas; o que todos fizeram combridamente»⁵⁵.

3. Segundo a concepção medieval, o rei constituía com o Reino um corpo político místico. À semelhança da Igreja, cuja cabeça, Cristo, é eterno, o rei, como cabeça do corpo político, ganhou a eternidade através da ideia

expressa na significativa frase *Le Roi ne meurt jamais*. Tal só é possível devido à perpetuidade da dinastia, ao carácter corporativo da Coroa e à imortalidade da dignidade real (*dignitas non moritur*)⁵⁶. O rei, pois, não morre nunca. Assim se compreende que num estudo deste tipo se analise o duplo carácter da morte: a morte do rei e a morte do homem.

No caso de D. Manuel, para além dos elementos que são comuns à morte régia em geral e à morte régia portuguesa em particular, há que recordar que se trata do autor de um aliciante projecto imperial, que Luís Filipe Thomaz teve o mérito de recentemente recordar e sistematizar em artigo brilhante⁵⁷.

Tal projecto reflecte-se primeiro que tudo na intitulação régia: Senhor da Conquista (revelando o seu direito de poder sobre o território muçulmano, e, simultaneamente, de exercer sobre o mesmo, ainda que não conquistado, um domínio eminente), Senhor da Navegação e do Comércio (que garante a exclusividade portuguesa de circulação no Índico)⁵⁸. A fusão das duas ideias sugere o título imperial, não de Imperador do Ocidente, mas sim de Imperador do Oriente, das Índias, o que se conseguiria através da destruição total do Islão e conseqüente reconquista de Jerusalém. Assim se compreendem o desejo de entrar em contacto com o Preste João, os projectos de conquista da Terra Santa (1506-7), as iniciativas militares em Marrocos. Neste projecto ousado, que deparou com certa oposição dentro da Corte portuguesa (sintomático disso mesmo terá sido o afastamento de Afonso de Albuquerque), tiveram influência a ideologia das Cruzadas, o exemplo da «Reconquista Cristã» ibérica, o milenarismo, o franciscanismo e o messianismo imperial de tendência gibelina. É simultaneamente um projecto medieval (por todo esse corpo de influências) e moderno (por se colocar, pela primeira vez, numa escala quase-planetária)⁵⁹.

Elementos como o franciscanismo explicam a simplicidade que D. Manuel quis impor às suas exéquias⁶⁰. Igualmente se fica a perceber a razão pela qual o monarca pretendeu que todas as missas por sua alma fossem rezadas em casas observantes⁶¹. E a própria humildade inerente à Ordem dos Frades Menores faz compreender a exigência de túmulo em *campa rasa*⁶².

Tal como antes havia sido a Batalha, os Jerónimos funcionam como o mausoléu da «dinastia» manuelina. O facto de se ter mudado de panteão mostra bem que, nesse particular, o antigo duque de Beja pretendeu cortar com o passado. Se a Batalha havia sido um pólo legitimador da Realeza inaugurada em 1385, guardando os ossos de dois Reis objecto de culto (D. João I e D. João II), bem como de um infante venerado como herói,

mártir e santo (D. Fernando)⁶³, os Jerónimos, cuja construção se liga à emblemática viagem de Vasco da Gama, tinham objectivo idêntico: mostravam que um homem que havia nascido como sexto na linha da sucessão dinástica, cingira enfim a Coroa, assistindo à morte de todos os que lhe faziam sombra, e considerando-se fadado por Deus para altos destinos. Era a ideia franciscana dos pequenos tornados instrumentos divinos para confusão dos grandes⁶⁴.

- ¹ Sobre o reinado de D. Manuel leia-se a síntese de Maria Emília Cordeiro Ferreira, «Manuel I, D.», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão (2ª ed.), vol. IV, Figueirinhas, Porto, 1981, pp. 156-61, bem como as visões globalizantes de A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, I: *Das Origens às Revoluções Liberais*, 8ª ed. Palas, Lisboa, 1980, pp. 295-301, e de Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, III: *O Século de Ouro. 1495-1580*, 2ª ed. rev., Verbo, s.l. (Lisboa e São Paulo), 1980, pp. 11-33. Das fontes, encontrar-se-ão abundantes referências ao longo deste artigo.
- ² De todas as fontes compulsadas, apenas duas referem o dia 5 (cfr. Francisco de Andrade, *Crónica de D. João III*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Lello, Porto, 1976, p. 13; Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, com prefácio e notas de Manuel Rodrigues Lapa, vol. I, Sá da Costa, Lisboa, 2ª ed. 1951, p. 29).
- ³ A «modorra» era a encefalite letárgica. Cfr. *Dicionário Enciclopédico de Medicina*, tradução e adaptação de Artur do Céu Coutinho, Argó, Lisboa, 1953, p. 1466.
- ⁴ Cfr. Frei Luís de Sousa, *ob. cit.*, p. 28. Garcia de Resende, na sua *Miscelânea* (cfr. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, nova ed. conforme à de 1798, introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1973, p. 374), também se refere às várias mortes na altura por esta pseudo-modorra.
- ⁵ Cfr. *Relações de Pero de Alcaçova Carneiro do tempo em que êle e seu Pai, António Carneiro, serviram de Secretários (1516 a 1568)*, revista e anotada por Ernesto de Campos de Andrade, Imprensa Nacional, Lisboa, 1937, p. 205. Conhecemos uma versão manuscrita desta fonte não referida pelo editor: British Museum, Additional, nº 20957, f. 45.
- ⁶ Cfr. «Copia, e Memoria da doença, e enterro delRey D. Manoel, tirada dos livros do Marquez de Castello-Rodrigo, que estão na Livraria do Conde da Ericeira», in D. António Caetano de Sousa, *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova ed. revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomo II, I parte, Atlântida, Coimbra, 1947, pp. 383-84.
- ⁷ Cfr. *Relações de Pero de Alcaçova Carneiro cit.*, p. 205; *Copia, e Memoria da doença cit.*, pp. 383-84; Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova ed. conforme a 1ª, anotada, prefaciada e dirigida por Joaquim de Carvalho e David Lopes, parte IV, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, pp. 195-96; Jerónimo Osório, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, vertida em português por Francisco Manuel do Nascimento, ed. atualizada e prefaciada por Joaquim Ferreira, vol. II, Civilização, Porto, 1944, p. 295; Francisco de Andrade, *ob. cit.*, pp. 13-14; Frei Luís de Sousa, *ob. cit.*, p. 29.
- ⁸ Pensamos em: A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*, 4ª ed. Sá da Costa, Lisboa, 1981, pp. 209-18; Maria Ângela Beirante, «Para a história da morte em Portugal (séc. XII-XIV)», in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I: *Sécs. X-XV*, Estampa, Lisboa, 1982, pp. 357-83; Lucília Verdelho da Costa,

- «Morte e espaço funerário na arquitectura religiosa do século XV», in *Jornadas sobre Portugal Medieval. Leiria, 1983*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1986, pp. 221-72; Manuel Sílvio Alves Conde, «Uma estratégia de passagem para o Além: o testamento de Beatriz Fernandes Calça Perra (Tomar, 1462)», in *Primeiras Jornadas de História Moderna. Lisboa, 1986. Actas*, vol. II, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, s.d., pp. 917-37; Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Presença, Lisboa, 1989; e Hermínia de Vasconcelos Vilar, *Vivência da Morte na Estremadura Portuguesa (1300-1500)*, dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, mimeografado, 2 vols., Lisboa, 1990. Este último trabalho dá conta da principal bibliografia não-portuguesa sobre o tema. Acrescente-se-lhe apenas Amparo Bejarano Rubio, *El Hombre y la Muerte. Los testamentos murcianos bajomedievales*, Ayuntamiento de Cartagena, s.l., 1990.
- ⁹ Cfr. Maria Fernanda Maurício, «Os testamentos régios (séculos XII a XV) – aspectos vários», in *Clio*, vol. III, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1981, pp. 29-36; Armindo de Sousa, «A morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica)», in *Lucerna*, nº extraordinário: *Colectânea de Estudos em Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Centro de Estudos Humanísticos do Ministério da Cultura, Porto, 1984, pp. 417-87; Hermenegildo Fernandes, «O Rei e a morte na dinastia de Avis: um percurso testamentário», in *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, tomo I, Arquivo Histórico Dominicano Português, Porto, 1991, pp. 189-93. Em diferente perspectiva, existe o estudo de Mário Martins, «A morte dos grandes», in *Introdução Histórica à Vidência do Tempo e da Morte*, I: *Da Destemporalização Medieval até ao Cancioneiro Geral e a Gil Vicente*, Cruz, Braga, 1969, pp. 51-59.
- ¹⁰ Cfr. Paulo Drumond Braga, «Mecanismos de propaganda do poder real no reinado de D. João II. Subsídios», in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a Sua Época, Actas*, I: *D. João II e a Política Quatrocentista*, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto, 1989, pp. 282-83; id., «Comportamentos colectivos perante a doença régia em Portugal em meados do século XVIII», in *Anastácio da Cunha. 1744/1787. O Matemático e o Poeta. Actas do Colóquio Internacional seguidas de uma Antologia de Textos*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1990, pp. 261-79; id., «A doença de D. João V como tema de oratória barroca: o problema da 'cura'», in *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*, vol. I, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Civil do Porto, Porto, 1991, pp. 167-75.
- ¹¹ Veja-se, a este respeito, Piero Camporesi, *The Fear of Hell. Images of Damnation and Salvation in Early Modern Europe*, trad., Polity Press, Cambridge, 1990.
- ¹² Sobre este assunto, leia-se Jean Delumeau, *L'aveu et le Pardon. Les difficultés de la confession. XIII^e-XVIII^e siècles*, Fayard, s.l., 1990.
- ¹³ Cfr. *Cópia, e Memória da doença* cit., p. 384.
- ¹⁴ Cfr. *Cópia, e Memória da doença* cit., pp. 383-84; *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro* cit., pp. 205-6.
- ¹⁵ Cfr. Frei Luís de Sousa, *ob. cit.*, p. 29. Saliente-se dentro da preparação de D. Manuel para a morte, que o monarca esteve igualmente ligado a uma confraria, a de Santa Maria da Anunciada de Setúbal, para a qual entrou ainda sendo duque de Beja (cfr. Paulo Drumond Braga, *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*, dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, mimeografado, Lisboa, 1991, p. 435). Como se sabe, as confrarias tinham grande importância na relação do homem medieval com a morte. (Veja-se na referida dissertação, p. 437, a principal bibliografia sobre tais instituições).
- ¹⁶ Cfr. *Cópia, e Memória da doença* cit., p. 383; Frei Luís de Sousa, *ob. cit.*, pp. 28-9; Francisco de Andrade, *ob. cit.*, p. 13.
- ¹⁷ Cfr. Damião de Góis, *ob. cit.*, p. 196.

- ¹⁸ Cfr. Jerónimo Osório, *ob. cit.*, p. 296.
- ¹⁹ Cfr. Gil Vicente, *Compilaçam de todas as Obras de Gil Vicente*, introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu, vol. II, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s.l. (Lisboa) e s.d., p. 629. Esta fonte foi já trabalhada, em perspectiva diferente, todavia, por Mário Martins, «Pranto vicentino à morte de D. Manuel I», *ibid.*, pp. 105-12. O facto de D. Manuel ter morrido consciente, o que para os homens da altura era muito importante, transparece igualmente numa carta de seu filho e herdeiro D. João III a Carlos V, datada de 18 de Janeiro de 1522: «acabando seus dias da maneira que sempre viveo o que foy grande parte da nossa consolaçam e conforto da grande dor e sentimento que de sua morte com tanta rezam recebemos» (Archivo General de Simancas, Secretaría de Estado, legajo 367, doc. 39).
- ²⁰ Cfr. Philippe Ariès, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, trad., Teorema, Lisboa, 1988, pp. 22-4; id., *O Homem perante a Morte*, trad., vol. I, Europa-América, Mem Martins, s.d., pp. 13-29; Michel Vovelle, *La mort et l'Occident de 1300 à nos jours*, Gallimard, Paris, 1983, pp. 147-49.
- ²¹ Cfr. *As Gavetas da Torre do Tombo*, introdução de A. da Silva Rego, vol. VI: *Gav. XVI-XVII, Maços 1-3*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1967, pp. 111-63. Sobre os testamentos da altura, leiam-se Philippe Ariès, *Sobre a História da Morte cit.*, pp. 46-7; Michel Vovelle, *ob. cit.*, pp. 149-51; Hermínia Vilar, *ob. cit.*, vol. I, pp. 51-92, *passim*.
- ²² Cfr. Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, p. 375; Hermínia Vilar, *ob. cit.*, pp. 105-6.
- ²³ Sobre este templo, leiam-se Artur Marques de Carvalho, *Do Mosteiro dos Jerónimos de Belém, termo de Lisboa*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s.l. (Lisboa), 1990; José da Felicidade Alves, *O Mosteiro dos Jerónimos, I: Descrição e Evocação*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989, para além do enquadramento mais geral de Cândido dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das Origens aos Fins do Século XVII*, Centro de História da Universidade do Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Porto, 1980.
- ²⁴ Cfr. *As Gavetas da Torre do Tombo cit.*, p. 111.
- ²⁵ Cfr. *ibid.*, p. 112. Sobre o luto, incluindo o luto pelo rei, vejam-se Ariès, *Sobre a História da Morte cit.*, p. 48; id., *O Homem perante a Morte cit.*, pp. 169-72; Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval cit.*, pp. 215-17; Ana Maria Alves, *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino. À Procura de uma Linguagem Perdida*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1985, pp. 75-7; Paulo Drumond Braga, *Mecanismos de Propaganda do Poder Real cit.*, p. 283; Javier Varela, *La Muerte del Rey. El ceremonial funerario en la monarquía española (1500-1800)*, Turner, Madrid, 1990, pp. 33-35.
- ²⁶ Cfr. *As Gavetas cit.*, p. 112.
- ²⁷ Cfr. Ariès, *O Homem perante a Morte cit.*, pp. 204-7; Michel Vovelle, *ob. cit.*, pp. 171-72; Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, p. 381; Maria José Ferro Tavares, *ob. cit.*, pp. 67-8; Hermenegildo Fernandes, *ob. cit.*, p. 190; Hermínia Vilar, *ob. cit.*, pp. 108-9, 311-12 e 329-30.
- ²⁸ Cfr. Hermenegildo Fernandes, *ob. cit.*, p. 190.
- ²⁹ Cfr. *ibid.*, p. 190. Sobre a noção de Purgatório, leia-se Jacques Le Goff, *La Naissance du Purgatoire*, Gallimard, Paris, 1981.
- ³⁰ Cfr. *As Gavetas cit.*, p. 112.
- ³¹ Cfr. Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, pp. 381-83; Sílvio Conde, *ob. cit.*, p. 920; Maria José Ferro Tavares, *ob. cit.*, pp. 63-100; Hermenegildo Fernandes, *ob. cit.*, p. 192; Hermínia Vilar, *ob. cit.*, pp. 258-300.
- Sobre a protecção às donzelas, leia-se Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, «A Misericórdia de Ceuta e a protecção às donzelas (1580-1640)», comunicação ao *Congresso Internacional de História: «Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas»*, Universidade Católica, Lisboa, Abril-Maio de 1992, actas no prelo.
- ³² Cfr. *As Gavetas cit.*, p. 113.

- ³³ Sobre a matéria, leiam-se Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 157-60; Cândido dos Santos, «Vida religiosa do clero e das massas populares em Portugal nos finais da Idade Média», in *Luzerna*, nº extraordinário: *Colectânea de Estudos em Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Centro de Estudos Humanísticos do Ministério da Cultura, Porto, 1984, pp. 498-501; Isabel Maria Ribeiro Mendes, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal. Contribuição para o Estudo da Religiosidade Peninsular nos Séculos XIV a XVIII*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mimeografado, 2 vols., Lisboa, 1989; Maria João Violante Branco Marques da Silva, «Norma e desvio: comportamentos e atitudes face ao sagrado na diocese bracarense (séculos VI-XVI)», in *IX Centenário da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas, II: A Catedral de Braga na História e na Arte. Séculos XII-XIX*, parte 2, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia de Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Braga, 1990, pp. 137-38.
- ³⁴ Cfr. Damião de Góis, *ob. cit.*, parte I, pp. 143-44; Jerónimo Osório, *ob. cit.*, vol. I, p. 110.
- ³⁵ Cfr. Isabel Maria Ribeiro Mendes, *ob. cit.*, vol. I, pp. 126-28.
- ³⁶ Cfr. *As Gavetas* cit., p. 113.
- ³⁷ Cfr. *As Gavetas* cit., pp. 113-14. Sobre as dívidas de Afonso V, cfr. José Marques, «O príncipe D. João (II) e a recolha da prata das igrejas para custear a guerra com Castela», in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias* cit., vol. I, pp. 201-19.
- ³⁸ Cfr. Hermenegildo Fernandes, *ob. cit.*, p. 192.
- ³⁹ Cfr. *As Gavetas* cit., p. 114. O testamento de D. Manuel contém igualmente, como não podia deixar de ser, uma série de legados a pessoas e instituições diversas. Sobre o testamento como redistribuidor de fortunas, leia-se Ariès, *O Homem perante a Morte* cit., pp. 223-29.
- ⁴⁰ Hermenegildo Fernandes, *ob. cit.*, pp. 192-93.
- ⁴¹ Cfr. *ibid.*, p. 193.
- ⁴² Cfr. Damião de Góis, *ob. cit.*, p. 196.
- ⁴³ Cfr. *Relações de Pêro de Alcáçova Carneiro* cit., p. 206.
- ⁴⁴ Cfr. *ibid.*
- ⁴⁵ Cfr. Gil Vicente, *ob. cit.*, p. 629. Leia-se ainda o relato de *Copia, e Memoria da doença* cit., p. 384. Sobre os cortejos fúnebres, vejam-se Ariès, *O Homem perante a Morte* cit., pp. 195-98; Michel Vovelle, *ob. cit.*, pp. 151-54; Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 215; Hermínia Vilar, *ob. cit.*, pp. 316-22; especificamente para o conhecimento dos cortejos fúnebres reais, Javier Varela, *ob. cit.*, pp. 26-9. Certos autores interpretaram como sendo os funerais do monarca uma das gravuras do chamado *Livro de Horas de D. Manuel* (a 25ª desta ed. facsimilada). Contudo, o seu mais recente analista pensa que se deve tratar simplesmente de uma representação simbólica do ofício dos defuntos, sem qualquer relação com o passamento do *Venturoso* (cfr. Dagoberto Markl, «Introdução» a *Livro de Horas de D. Manuel*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1983, p. 141).
- ⁴⁶ Cfr. Damião de Góis, *ob. cit.*, p. 196. A importância da «preservação do corpo morto do Rei» é focada por Diogo Ramada Curto, «Ritos e cerimónias da Monarquia em Portugal (Séculos XVI a XVIII)», in *A Memória da Nação. Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian. 7-9 Outubro, 1987*, Sá da Costa, Lisboa, 1991, p. 243. Aliás, o próprio D. Manuel preocupou-se com o mesmo, uma vez que ordenou a transladação de D. João II da Sé de Silves para a Batalha (cfr. Garcia de Resende, «Tresladaçam do corpo do muy catholico, e magnifico, e esforçado Rey Dom Ioam o segundo deste nome», in *Crónica de D. João II e Miscelânea* cit., pp. 291-96), e mandou construir novos sepulcros em Santa Cruz de Coimbra para Afonso Henriques e Sancho I (cfr. Augusto Mendes Simões de Castro, *Os Túmulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1885; Jean Aubin, «Duarte Galvão», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. IX, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris,

- 1975, p. 63; Ana Isabel Buescu, «Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique», in *A Memória da Nação* cit., p. 56, n. 17).
- ⁴⁷ Cfr. Frei Luís de Sousa, *ob. cit.*, p. 30.
- ⁴⁸ Cfr. Francisco de Andrada, *ob. cit.*, p. 15.
- ⁴⁹ Cfr. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cortes, maço 5, doc. 1; *Cópia, e Memoria da doença* cit., pp. 384-85; *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro* cit., p. 206; Frei Luís de Sousa, *ob. cit.*, pp. 29-30; Francisco de Andrada, *ob. cit.*, p. 14. Veja-se ainda Dagoberto Markl, *ob. cit.*, pp. 142-44. Sobre a quebra dos escudos, leia-se Diogo Ramada Curto, *ob. cit.*, pp. 263-64.
- ⁵⁰ Cfr. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, vol. II, Lello, Porto, 1976, pp. 731-33.
- ⁵¹ Cfr. Damião de Góis, *ob. cit.*, p. 197.
- ⁵² Cfr. Gil Vicente, *Compilaçam* cit., pp. 627-28. Sobre os «dós» nos finais da Idade Média, leiam-se Ariès, *O Homem* cit., pp. 170-72; Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 213-14; Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, pp. 378-79. Os próprios reis e outros membros da família real não escapavam à tendência geral (cfr. Ana Maria Alves, *ob. cit.*, pp. 72-74; Javier Varela, *ob. cit.*, pp. 30-31). Sobre a rainha D. Leonor, que D. Manuel deixou viúva, Carlos V, seu irmão, escrevia em 20 de Janeiro de 1522 a D. João III, mostrando sobre ela a sua preocupação: «vuestra alteza no dilate el remedio pues la teneyns en reyno estraño para ella porque aunque su merescer la haga tener en lo que vale ella estaria muy meior en los nuestros que en el ageno» (cfr. Archivo General de Simancas, Estado, Legajo 367, doc. s/ nº). D. Leonor seria, efectivamente, reenviada a Espanha. É curioso notar – já que se fala de Espanha – que, após a morte de D. Manuel, não há notícia de se terem registado no reino vizinho exéquias do monarca português, como aconteceria em 1552 com o infante D. João, filho de D. João III, em 1557 com o próprio *Piedoso*, no ano seguinte com a terceira esposa de D. Manuel, a referida D. Leonor (cfr. J. J. Rivera Blanco, «Exequias e tumulos funerarios realizados oficialmente por la Casa Real española em honor de miembros de la Casa Real portuguesa en Valladolid en el siglo XVI», in *Mundo da Arte*, nº 15, Coimbra, Setembro de 1985, pp. 21-30), e ainda, em 1578, com D. Sebastião (cfr. Javier Varela, *ob. cit.*, p. 55).
- ⁵³ Cfr. Gaspar Correia, *ob. cit.*, pp. 730-33. Sobre os lamentos pela morte dos reis, leia-se Teófilo Braga, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, prefácio de Jorge Freitas Branco, vol. I, Dom Quixote, Lisboa, 1985, pp. 161-62.
- ⁵⁴ Cfr. Garcia de Resende, *ob. cit.*, p. 374.
- ⁵⁵ Cfr. Gaspar Correia, *ob. cit.*, pp. 730-31.
- ⁵⁶ Cfr. Ernst Kantorowicz, *Los Dos Cuerpos del Rey. Un Estudio de Teologia Política Medieval*, trad., Alianza, Madrid, 1985, pp. 259-99.
- ⁵⁷ Cfr. Luís Filipe F. R. Thomaz, «L'idée impériale manuéline», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988*, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1990, pp. 35-103.
- ⁵⁸ Sobre este particular, leiam-se igualmente Ana Maria Alves, *ob. cit.*, pp. 24-5; António Vasconcelos de Saldanha, «Conceitos de *espaço e poder* e seus reflexos na titulação régia portuguesa da época da expansão», in *La Découverte, le Portugal* cit., pp. 115-27.
- ⁵⁹ Ana Maria Alves, *ob. cit.*, p. 49, recordara já que em determinada pintura D. Manuel aparece representado como Rei Mago, o que denuncia um certo messianismo ou mesmo providencialismo.
- ⁶⁰ Cfr. Luís Filipe Thomaz, *ob. cit.*, pp. 79 e 85.
- ⁶¹ Aliás, no próprio testamento, D. Manuel declara «a grande devaçam que teenho a todos os moesteiros da Hordem de Sam Francisqu da auservancia», pedindo «que se teenha de todos eles muy grande lembrança e cuidado». Atenta especialmente ao convento da Conceição de

- Beja, jazigo dos pais, e ao de Jesus de Setúbal, «pella mais obrigaçam que a estes tenho» (cfr. *As Gavetas* cit., p. 120).
- ⁶² Sobre os túmulos rasos, veja-se Ariès, *O Homem perante a Morte* cit., pp. 279-81.
- ⁶³ Sobre a Batalha leiam-se Lucília Verdelho da Costa, *ob. cit.*, pp. 251-73; Hermenegildo Fernandes, *ob. cit.*, pp. 190-91; Saúl António Gomes, «Ética e poder em torno do Mosteiro da Batalha (o século XV – materiais para o seu estudo)», in *Actas do III Encontro sobre História Dominicana* cit., pp. 103-4; id., *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1990, pp. 341-62. O particular do infante D. Fernando foi analisado por Paulo Drumond Braga, «O mito do 'Infante Santo'», in *Revista de História das Ideias*, vol. XIII, no prelo.
- Sobre panteões reais, consulte-se Javier Varela, *ob. cit.*, pp. 20-5.
- ⁶⁴ Cfr. Luís Filipe Thomaz, *ob. cit.*, pp. 83-86.